



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA Nº. 021/2012**

**PROCESSO nº. 1402/20112**

**LICITAÇÃO nº. 090/2012 – Pregão Eletrônico**

**VALIDADE: até 18.10.2013.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos 18 dias do mês de outubro de 2012, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

**FORNECEDOR:**

**LOTE ÚNICO – TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME**, com sede na ST SER/Sul Comércio Local Bl. "A" Lts 07/09 Lojas 29 e 33, em Cruzeiro Velho, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 70.650-515, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr(a). Ivan Sandro Ribeiro de Oliveira, residente em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade nº. 1.326.108 – SSP/DF, CPF nº. 626.627.081-15;

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split System" nos prédios do TJMG, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 090/2012 – Pregão Eletrônico**.

**1.1.** Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

**DOS PREÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

**DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.



### DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**CLÁUSULA QUINTA.** O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato ou instrumento equivalente.

**5.1.** Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato ou instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

### DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega e instalação, para cada aquisição, contados a partir do recebimento Autorização de Início pelo fornecedor, será de até **30 (trinta) dias corridos**.

**6.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na GEMAP, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

#### **6.2. Locais de Instalação e horários:**

##### **6.2.1. Locais de instalação dos equipamentos:**

**6.2.2.** Os endereços dos locais de entrega e execução dos serviços serão informados quando das ordens de serviço por parte do TJMG.

**6.2.3.** Os endereços de todas as edificações e unidades prediais onde ocorrerão as instalações encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do TJMG na internet nos endereços:

[http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/primeira\\_instancia/pesquisa.do](http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/primeira_instancia/pesquisa.do)

[http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/segunda\\_instancia/pesquisa.do](http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/segunda_instancia/pesquisa.do)

#### **6.3. Dias e horários para entrega de equipamentos e execução dos serviços de instalação:**

**6.3.1.** De entrega: dias úteis, de 08:00 às 18:00 horas, devendo ser previamente agendada com o setor GEMAP, através do telefone 31 3237-7052;

**6.3.2.** De instalação: dias úteis, de 08:00 às 18:00 horas, e, a critério do Tribunal ou solicitação da Contratada, a partir das 18:00 h dos dias úteis, finais de semana e feriados, desde que previamente autorizado pela Administração da Unidade, sem ônus adicional para o Tribunal;

### DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido no Contrato ou instrumento equivalente.
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2.** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Manutenção Predial.

**7.3.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.



7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

#### **8.1. DO TRIBUNAL:**

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **8.2. DO FORNECEDOR:**

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes no Contrato ou instrumento equivalente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato ou instrumento equivalente.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/08;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

### **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará no Contrato ou instrumento equivalente.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Contrato ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na GEMAP, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

#### **11.1. Pelo TRIBUNAL:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

#### **11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.



11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Ata, Contrato ou instrumento equivalente, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

#### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou instrumento equivalente decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2012.

Pelo Tribunal:

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES  
Presidente


Pelo Fornecedor:

IVAN SANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA  
Sócio Administrador

TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME

CNPJ  
**13.851.409/0001-63**  
Tempo Frio - Comércio e Serviços  
de Refrigeração Ltda-ME  
SRE/Sul Comércio Local Bl. A  
Lote 07/09 Loja 29 e 33 - Cruzeiro  
CEP: 70640-515 - BRASÍLIA-DF  
CFDF: 07.577.051/001-01

Testemunhas:

 TJ 68338

 TJ 1804-4.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR  
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 021/2012)

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TJ	MARCA/ MODELO	PREÇO		FORNECEDOR
							PRODUTO	UNITÁRIO (R\$) INSTALAÇÃO	
ÚNICO	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Belo Vale, Betim, Belo Horizonte, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Itaguara, Martinho Campos e Mateus Leme, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMECO KOS09FC3HX + KOS09FC2HX	R\$ 1.080,00	R\$ 440,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
		1.2	12.000 BTU's/h	10	95.10.133-0	KOMECO KOS12FC3HX + KOS12FC2HX	R\$ 1.238,00	R\$ 495,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	KOMECO BZS18FC2LX + KOS18FC2LX	R\$ 1.644,00	R\$ 552,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	KOMECO KOS24FC3LX + KOS24FC2LX	R\$ 2.271,00	R\$ 611,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	20	95.10.148-9	KOMECO KOS30FC3LX + KOS30FC2LX	R\$ 2.898,00	R\$ 724,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	20	95.10.168-3	ELETROLUX CFE36 + CFI36	R\$ 3.775,28	R\$ 971,32	





ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS:

- 1.1. **Item 01** - Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Hi-Wall” na cor branca, capacidade nominal total de 9.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 500 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220v, **com selo PROCEL de economia de energia – Classificação A – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica;**
- 1.2. **Item 02** - Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Hi-Wall” na cor branca, capacidade nominal total de 12.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 500 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220v, **com selo PROCEL de economia de energia – Classificação A – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica;**
- 1.3. **Item 03** - Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Hi-Wall” na cor branca, capacidade nominal total de 18.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 1000 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220v, **com faixa de classificação B ou C na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar – do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;**
- 1.4. **Item 04** – Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Hi-Wall” na cor branca, capacidade nominal total de 24.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 1.000 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220v, **com faixa de classificação B ou C na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar – do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;**
- 1.5. **Item 05** - Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Hi-Wall” na cor branca, capacidade nominal total de 30.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 2.000 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220v, **com faixa de classificação B ou C na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar – do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;**
- 1.6. **Item 06** - Aparelho condicionador de ar tipo “split”, com unidade evaporadora tipo “Piso-Teto” na cor branca, capacidade nominal total de 36.000 BTU’s/h, sendo admitido variação na capacidade nominal total, para mais ou para menos, de 2.000 BTU’s/h, ciclo frio apenas, controle remoto sem fio, alimentação 220V, **com faixa de classificação B ou C na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar – do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO.**



Extrato de decisão/despacho: Em face da promoção supra, retifico a decisão de fls. 68/69 e julgo extinta, também, a obrigação com relação ao crédito de Márcio Xavier Coelho. Expeça-se o alvará para pagamento do crédito de Márcio Xavier Coelho. Tudo feito, cumpra-se o que resta da decisão de fls. 68/69.

Precatório nº: 02/2000 Comum

Credor: Joaquina Maria de Jesus Bento e outros

Devedor: Município de Belmiro Braga

Advogado(s): Paulo Sérgio Gomes Aroni OAB/MG 59.271; Waldemar de Freitas Trindade OAB/MG 43.074

Extrato de decisão/despacho: Apure-se o valor atualizado da dívida deste precatório, com demonstrativo dos impostos e contribuições a serem eventualmente retidos e abatimento de eventuais pagamentos feitos.

Precatório nº: 13/2011 Comum

Credor: Magnus Auditores e Consultores S/C

Devedor: Município de Santa Luzia

Advogado(s): Geraldo Araújo OAB/MG 66.837; Dácio Fernando Juliani OAB/MG 53.107

Extrato de decisão/despacho: Como não há recurso para a realização do pagamento deste precatório pela ordem cronológica, ou mesmo para pagamento do crédito prioritário requerido, aguarde-se o encerramento do procedimento de sequestro em curso.

Precatório nº: 01/2000 Alimentar

Credor: Rita de Cássia Costa Magalhães e Alessandro Geraldo Costa Magalhães.

Devedor: Município de Itambacuri

Advogado(s): Álvaro Manoel de Souza OAB/MG 69.176; Marco Antônio Delmondes Kumaira OAB/MG 81.190

Extrato de decisão/despacho: À ASPREC para regularizar os repasses das parcelas do RE aos outros Tribunais, certificando-se a respeito nestes autos.

Precatório nº: 410/2005 Alimentar

Credor: Gilberto Tertuliano e Outros

Devedor: DER/MG - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MG

Advogado(s): Daisy Brasil Soares OAB/MG 26.399; Carolina Pinheiro Batista OAB/MG 85.775; Rosalvo Miranda Moreno Júnior OAB/MG 70.806

Extrato de decisão/despacho: Através de petição de fls. 191/203, DMA Distribuidora S/A comunica que recebeu, por cessão, direitos do credor original Marco Aurélio Joviano Preença, nestes autos de precatório. Dê-se ciência à entidade devedora sobre essa cessão para os fins de direito.

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva em exercício:

Adriana Lage de Faria Navarro

Gerência de Compra de Bens e Serviços

Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva

18.10.2012

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/12

Processo: 1402/2012

Licitação: 090/2012

Modalidade: Pregão Eletrônico

**Objeto:** Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split System" nos prédios do TJMG, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.

Vigência: de 18.10.2012 a 18.10.2013.

**Lote Único:** TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações.

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/12

Processo: 1551/2012

Licitação: 101/2012

Modalidade: Pregão Eletrônico

**Objeto:** Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de mobiliários de madeira, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.

Vigência: de 18.10.2012 a 18.10.2013.

**Lotes 02, 03 e 04:** MARIA LUIZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações.

Gerência de Contratos e Convênios

Gerente: Daniela Ataíde Giovannini

18.10.2012

#### Contratos (Extratos)

Datacop Comércio e Serviços de Microfilmagem Ltda. - Ct. 496/2012 de 18.10.2012 - Processo: 1820/2012 - Objeto: Fornecimento de mesa digitalizadora. - Vigência: 18.10.2012 a 18.02.2016. - Valor do Ct: R\$ 6.172,00 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.4.90.52.07 - Equipamentos de Informática.

Distribuidora Evidence Ltda. - Ct. 497/2012 de 18.10.2012 - Processo: 896/2012 - Objeto: Lavação e manutenção de persianas horizontais e verticais, instaladas em prédios do TRIBUNAL em Belo Horizonte. - Vigência: 18.10.2012 a 18.10.2013. - Valor do Ct: R\$ 36.792,00 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.61 - Serviços de Conservação e Limpeza.

#### Termos Aditivos - Contratos (Extratos)

Prestar Advanced Serviços Ltda. - ME. - 1ª TA de 18.10.2012 ao Ct. 292/2012 de 05.07.2012 - Objeto: Alteração de cláusula. - Vigência: 18.10.2012 a 05.07.2013. - Valor do termo: Sem alteração.

Oracle do Brasil Sistemas Ltda. - 1ª TA de 18.10.2012 ao Ct. 552/2011 de 20.10.2011 - Processo: 1944/2012 - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 20.10.2012 a 20.10.2013. - Valor do termo: R\$ 413.932,55 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 - Serviços de Tecnologia da Informação.

#### Convênios - Extratos

Município de Leopoldina/MG - Cv. 094/2012 de 18.10.2012. - Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao

eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Leopoldina/MG mediante cessão de estagiários do Centro de Integração Empresa-Estado de Minas Gerais - CIEEMG. - Vigência: 18.10.2012 a 18.10.2017. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Prata/MG - Cv. 163/2012 de 17.10.2012. - Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Prata/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos. - Vigência: 17.10.2012 a 17.10.2017. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais - CRMMG - Cv. 159/2012 de 18.10.2012. - Objeto: Estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento, pelo TRIBUNAL, das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do CRMMG, expedidos nos feitos que tramitam no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. - Vigência: 18.10.2012 a 18.10.2013. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

#### Termos Aditivos - Convênios (Extrato)

Município de Moema/MG - 1ª TA de 18.10.2012 ao Cv. 253/2010 de 28.07.2010. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e acréscimo do número de servidores - Vigência: 18.10.2012 a 28.07.2015 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal.

Banco do Brasil S/A - 1ª TA de 18.10.2012 ao Termo de cooperação nº183/2011 de 30.11.2011. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 30.11.2012 a 30.11.2013 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Uberaba/MG - 1ª TA de 13.09.2012 ao Cv. 029/2011 de 31.03.2011. - Objeto: Alteração de cláusula - Vigência: 13.09.2012 a 20.04.2016 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal. - Valor a ser pago pelo município: R\$ 264.000,00 - Dotação Orçamentária do Município: 0630.03.091.454.2034.0001.33304199.0100.6278.

Município de Governador Valadares/MG - 1ª TA de 18.10.2012 ao Cv. 027/2011 de 01.04.2011. - Objeto: Alteração de cláusula. - Vigência: 18.10.2012 a 03.04.2016 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal.

#### Autorizações de Compra - Extratos

AC.490/2012 de 03.10.2012. - Licitação 074/2012 - Processo 1777/2012 - Jaime Guimarães da Costa Informática - ME. - Objeto: Aquisição de novas licenças de software sintetizador de voz para acessibilidade a deficientes visuais e upgrade das licenças existentes. - Valor: R\$ 71.602,88 na Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.16 - Material de Informática.

AC.499/2012 de 08.10.2012. - Licitação 115/2010 - Processo 1851/2012 - Dispaper Ltda. - Objeto: Aquisição de copos descartáveis. - Valor: R\$ 31.500,00 na Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.03 - Utensílios para Refeitório e Cozinha.

AC.498/2012 de 08.10.2012. - Licitação 064/2012 - Processo 1849/2012 - Marco Aurélio Collaço ME. - Objeto: Aquisição de materiais para escritório. - Valor: R\$ 8.420,00 na Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.05 - Material para Escritório.

AC.485/2012 de 05.10.2012. - Licitação 099/2012 - Processo 1456/2012 - Newbyte Comércio e

